

Câmara Municipal
Campo Mourão - Paraná

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



DIRETORIA JURÍDICA

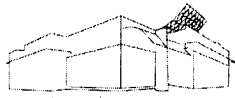
DE: DIRETORIA JURÍDICA
PARA: PRESIDÊNCIA

PARECER Nº. 292 /2022
REF: PROJETO DE LEI N.º 38/2022
ORIGEM: PODER EXECUTIVO

Excelentíssimo Senhor Presidente

Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pela Lei nº 3.809/2017, e, art. 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:

t



Câmara Municipal
Campo Mourão - Paraná

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-200
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



I - DO RELATÓRIO

O Chefe do Poder Executivo Municipal propõe **Projeto de Lei nº 38/2022**, protocolizado sob o nº. **613/2022**, exposto em 58 (cinquenta e oito) artigos, que “**DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

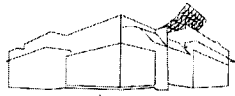
O Projeto de Lei em comento foi protocolizado em 29 de abril de 2022, fazendo-se acompanhar de Mensagem Justificativa, conforme preceito regimental e após determinação do Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis, foi levado ao conhecimento dos nobres *Edis* por meio de expediente oriundo da Coordenadoria de Assuntos Legislativos, datado de 02 de maio de 2022.

Em 02 de maio de 2022, a proposição em questão foi encaminhada a esta Diretoria Jurídica.

É a síntese do essencial.

II - DO MÉRITO

Alega o Autor em sua Mensagem Justificativa:



Câmara Municipal
Campo Mourão - Paraná

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Encaminhamos para apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que **"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências"**.

O presente Projeto de Lei foi elaborado em observância ao disposto no § 2º, Artigo 165 da Constituição Federal, Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Lei Orgânica do Município.

Este instrumento de orientação do orçamento é parte integrante do processo de planejamento e execução das ações do Governo Municipal, composto pelo Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

A Administração Municipal tem buscado pautar suas decisões na busca do equilíbrio orçamentário e fiscal em consonância com o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal e Tribunal de Contas do Estado do Paraná -TCE-PR, assim como, busca responder às necessidades e anseios da população.

A Administração Municipal, propõe no art. 28 o percentual de 15% (quinze por cento), do total do orçamento para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, considerando as prováveis necessidades de remanejamento e adequação com a implantação da nova estrutura administrativa.

Esta peça orçamentária prevê para exercício financeiro de 2023, a continuidade do investimento nas áreas essenciais e o respeito aos percentuais previstos na Constituição Federal no que tange os investimentos nas áreas da Educação e da Saúde, assim como o atendimento das demandas nas outras áreas da administração pública, em especial atenção aos programas sociais voltados ao atendimento das camadas mais carentes da população.



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Acompanham o Projeto de Lei, os seguintes anexos:

a) DEMONSTRATIVOS DE METAS FISCAIS

- I. Metas Anuais;
- II. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV. Evolução do Patrimônio Líquido;
- V. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- VII. Estimativa e compensação da Renúncia de Receita
- VIII. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

b) RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

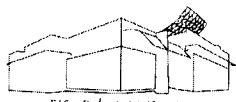
- I. Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

c) METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

- I. Total das Receitas;
- II. Principais Fontes de Receita;
- III. Total das Despesas;
- IV. Principais Despesas;
- V. Resultado Primário e Nominal;
- VI. Montante da Dívida Municipal;
- VII. Montante da Dívida RPPS
- VIII. Relação de Projetos (Obras) em Andamento no período de elaboração da LDO;

Aguardando a deliberação e aprovação da matéria por parte de Vossas Excelências, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Em análise, salvo melhor juízo, certifica-se que não há óbice à tramitação do Projeto de Lei em tela, pois neste particular não se afigura evidente inconstitucionalidade, ilegalidade, ou desrespeito aos preceitos regimentais desta



Câmara Municipal
Campo Mourão - Paraná

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-270
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Casa de Leis (art. 151, § 2º, II, “b” do Regimento Interno).

No que tange ao trâmite, referido Projeto deve ser enviado para análise da **Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**, na forma do *artigo 40, inciso I, alínea “b”, item 2, do Regimento Interno*¹, a quem compete apreciar o mérito.

Outrossim, vale a pena destacar, nos termos *do artigo 40, § 1º, do Regimento Interno*² que se trata de competência privativa da **Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**.

Por oportuno, observo a necessidade de tramitação em regime especial, consoante art. 161, inciso III, do Regimento Interno desta Casa de Leis³.

¹ Art. 40. Cabe à Comissão de Finanças e Orçamento:

I - opinar sobre matéria em tramitação na Câmara, referentes a:

(...).

b) planejamento municipal, compreendendo:

1. plano plurianual;
2. lei de diretrizes orçamentárias;
3. orçamento anual.

² Art. 40. Cabe à Comissão de Finanças e Orçamento:

(...).

§ 1º. Caberá, privativamente, à Comissão de Finanças e Orçamento, examinar e emitir parecer conclusivo sobre os projetos referidos nos itens da alínea “b”, do inciso I, do “caput” deste artigo, bem assim, acerca das emendas e proposições que os modifiquem.

³ Art. 161. Serão submetidas à tramitação em regime especial, nos termos do Capítulo III, deste Título, as seguintes proposições:

(...).

III - projetos de lei de plano diretor, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;



Câmara Municipal
Campo Mourão - Paraná

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-120
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Necessária, ainda, a observância aos ditames da Lei Complementar Federal 101/2000, Lei Federal nº 4320/64, e, Carta Magna vigente, notadamente os arts. 165 e seguintes.

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento possui o prazo de 30 (trinta) dias úteis, para emissão de parecer, *conforme artigo 59, II do Regimento Interno*⁴.

Ademais, os Líderes de Bancada ou de Bloco Parlamentar poderão participar da discussão e votação do Projeto, no âmbito da Comissão Permanente competente, com direito a VOZ, consoante *artigo 212, § 1º do Regimento Interno*⁵.

Demais disso, mister se faz a observância do disposto nos demais *artigos 212 a 218, todos do Regimento Interno* desta Casa de Leis, pois, nos primeiros 15 (quinze) dias úteis, contados de seu recebimento, o mesmo poderá ser emendado⁶.

⁴ **Art. 59.** As Comissões, isoladamente, terão os seguintes prazos para emissão de parecer sobre proposições e sobre as emendas oferecidas, salvo as exceções previstas neste Regimento.

(...).

II - de trinta dias úteis, nos projetos de lei complementar, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual, do plano diretor e de codificação; **(alterado pela Resolução nº. 132/2001)**

⁵ **Art. 212.** Qualquer um dos projetos de que trata esta Seção, quando enviado à Câmara pelo Prefeito Municipal, será distribuído em avulsos aos Vereadores para, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, receber parecer. **(alterado pela Resolução nº. 171/2001)**

§ 1º. Da discussão e da votação do projeto na Comissão poderão participar, com direito a voz, os Líderes de bancada partidária ou de bloco parlamentar.



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-120
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Vale destacar que *nos termos* do art. 63, I da CF/88⁷ e art. 68, I da Constituição do Estado do Paraná⁸, se afigura **vedada** a apresentação de emendas que impliquem em **aumento de despesas** em proposições de iniciativa do Executivo, *ressalvadas* as hipóteses ali elencadas.

Por oportuno, as **emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias** só poderão ser aprovadas se compatíveis com o Plano Plurianual – PPA (art. 214 do Regimento Interno desta Casa de Leis).

Por fim, o quórum para a aprovação é de **maioria simples**, segundo a dicção do § 3º, *artigo 20 do Regimento Interno*⁹.

⁶ Art. 212. Qualquer um dos projetos de que trata esta Seção, quando enviado à Câmara pelo Prefeito Municipal, será distribuído em avulsos aos Vereadores para, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, receber parecer. (alterado pela Resolução n.º 171/2001)

(...).

§ 2º. Nos primeiros 15 (quinze) dias úteis do prazo previsto no “caput” deste artigo, poderão ser apresentadas emendas ao projeto. (alterado pela Resolução n.º 171/2001)

⁷ Art. 63. Não será admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

⁸ Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

⁹ Art. 20. As deliberações do Plenário, conforme determinações constitucionais, legais ou regimentais, serão tomadas por:

I - maioria simples;

II - maioria absoluta;

III - maioria de dois terços.

(...).

§ 3º. As deliberações do Poder Legislativo, da Mesa Executiva e das Comissões, ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, serão tomadas por maioria de votos,

presentes a maioria absoluta dos seus membros. (alterado pela Resolução n.º 002/2003)



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR




III - DA CONCLUSÃO

EX POSITIS, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à tramitação do **Projeto de Lei nº. 38/2022**.

É o parecer, *sub censura*, ressalvada a análise dos Nobres Edis.

Campo Mourão, 03 de maio de 2022.


Sidney Kendy Matsuguma
Procurador Jurídico
OAB/PR 56.500